

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 512

Data: 22/09/81

Pg.: _____



Juruna, sempre sério, recebeu o alegre abraço de Brizola

Juruna quer ser deputado pelo PDT do Rio em 1982

O Congresso Nacional, 482 anos depois da chegada dos portugueses ao Brasil, poderá ter o primeiro representante indígena: será o xavante Mário Juruna, de 41 anos, que se filiou ontem ao PDT do Rio de Janeiro. Estado pelo qual disputará uma cadeira na Câmara dos Deputados, na eleição do próximo ano.

— Já conheço a vida de índio. Quero aprender mais a vida da cidade, conhecer o branco, para defender melhor a comunidade indígena. Quero abrir picada à frente do índio. A Funai não dá direito ao índio, pisa o índio. O Governo será obrigado a ouvir o deputado, como representante indígena — disse Juruna, muito aplaudido, no ato de filiação, comandado pelo presidente do PDT, Sr. Leonel Brizola.

Atração

Juruna tinha convites do PMDB e PT, mas as propostas não se confirmavam. Quinta-feira passada, aborrecido, triste, encontrou-se com um amigo, o ex-pastor protestante luterano Norberto Swanke, líder de agricultores e candidato do PDT à Câmara dos Deputados por Barra do Garça, no Mato Grosso, onde vive a tribo de Juruna, que insistiu no seu desejo de abrir novos espaços políticos para defender seu povo e desabafou sua impaciência:

- Índio gosta de resposta na hora.
- Juruna, eu já tenho um Partido; se você quiser, venha para ele — respondeu seu amigo, que fez esse relato ontem.
- Qual é?
- PDT.
- De quem?
- Do Brizola.
- Ah! Será que ele me aceita?

Filiação

Norberto Swanke respondeu que sim, porque considera o programa do PDT o mais definido em relação às chamadas "minorias". Quinta-feira passada, por telefone, ocorreu o contato com o Sr. Leonel Brizola, que ficou muito satisfeito.

Antes que Juruna chegasse ao Rio, Brizola manteve uma reunião de quatro horas com

outros dirigentes do Partido — Darci Ribeiro, Lysâneas Maciel e Neiva Moreira — para discutir o assunto. Temia-se que a filiação fosse interpretada como uma nova "tutela" com objetivos eleitorais. Quando o índio chegou, houve uma outra reunião, desta vez com ele. Juruna está desde sábado num hotel de Copacabana, cujo nome é mantido em segredo pelos brizolistas.

Brizola e Juruna chegaram juntos, ontem, à sede do Partido, atraindo muitos curiosos na Rua 7 de Setembro. Com roupa esportiva, relógio, sem o gravador que carregou por algum tempo para gravar as conversas com brancos, nos quais não confiava, Juruna ficou o tempo todo sério, mesmo quando as pessoas à sua volta gargalhavam com suas declarações francas e diretas. Pediu votos a jornalistas e, demonstrando uma habilidade própria de experientes políticos, reagiu com cautela à pergunta sobre sua possível vitória em 1982:

— Vamos esperar. Só as urnas vão dizer se ganhei.

Situação especial

Leonel Brizola, no auditório, deu as boas-vindas a Juruna:

— O PDT acolhe Juruna como um irmão. Não é uma integração no Partido, como seria de qualquer cidadão brasileiro. É uma situação especial: é a primeira vez no país que um índio, saindo diretamente de sua comunidade, entra num Partido para tentar defender sua gente no Congresso Nacional. Vivemos essa grande responsabilidade, coerentes com o nosso programa. Bem-vindo Mário Juruna. Espero que você entre nós se sinta à vontade.

Juruna, muito aplaudido, assinou a ficha do Partido, no qual sua profissão aparece como "líder comunitário". Ele já tem proposta de emprego na revista *Cadernos do Terceiro Mundo* e pretende escrever um livro com sua autobiografia.

Prometeu criar, no PDT, "um grupo para lutar junto comigo", acusou a Funai de tratar índio como "instrumento" e explicou que quer ser candidato pelo Rio "porque o Rio fica no Brasil e sua gente é mais instruída, conhece mais o problema do índio do que a gente do Mato Grosso".

TSE garante candidatura

Brasília — Segundo a Resolução nº 7 019, de 1966, no Tribunal Superior Eleitoral, o índio é alistável, desde que não seja analfabeto, saiba exprimir-se na língua nacional e não esteja privado, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos. Essa Resolução, aprovada por unanimidade, originou-se de consulta do Departamento Federal de Segurança Pública sobre "se os nossos silvícolas têm condições jurídicas para obter títulos de eleitor, sem prévia manifestação do serviço de proteção aos índios".

Foi a consulta relatada pelo Ministro Décio Miranda. Este ressaltou em seu voto, adotado pelo TSE, não acarretar a incapacidade política do índio o "regime tutelar" estabele-

cido em leis e regulamentos especiais. Salienta ainda inexistir qualquer disposição subordinando o alistamento do silvícola à prévia manifestação do Serviço de Proteção aos Índios, antecessor da Funai.

Mas, com o Estatuto do Índio (Lei nº 6 001, de 19 de dezembro de 1973), é possível a reabertura da discussão do assunto, embora o Artigo 9º da mesma lei assegure ao índio requerer ao Juízo competente a sua liberação do regime tutelar, investindo-se na plenitude da capacidade civil, desde que tenha a idade mínima de 21 anos, conheça a língua portuguesa, esteja habilitado para o exercício de atividade útil e tenha razoável compreensão dos usos e costumes nacionais.

Funai não colocará obstáculo

A Fundação Nacional do Índio não fará nenhuma objeção à candidatura do ex-cacique xavante Mário Juruna a deputado pelo PDT do Rio. Sua elegibilidade depende apenas de parecer do Superior Tribunal Eleitoral que, se favorável, não implicará emancipação "ex-officio" por parte do órgão tutelar.

O assessor de imprensa da Funai, Odil Teles, disse que a diretoria do órgão estranhou a atitude do ex-cacique.

Há dois meses Juruna esteve aqui e reuniu todo mundo para dizer que precisava de auxílio, porque desejava abandonar a política e se tornar fazendeiro. E ele, agora, vem com essa — desabafou.

Há quatro indígenas exercendo o mandato

de vereador: Jair Oliveira e Terena de Aquidauana (MS), este presidente da Câmara local pelo PDS; Isaias Amorim Ferreira (MS), do posto indígena Bilada Rehia, em Miranda, e Pedro Vitorino da Silva (MS), do posto indígena Nioaque e também presidente do diretório do PDS.

O cacique Antônio Taré, do posto Cariri, de Porto Real do Colégio, Alagoas, é vereador eleito pelo ex-MDB e hoje está no PTB. O cacique Kaingang Angelo Creta, de Mangueirinha (PR), era vereador pelo MDB e tido como um dos mais combativos, entre os líderes indígenas do Sul do país, até morrer num suspeito acidente automobilístico no final de 1979.